

1

8

2

2

• •

Dimensões

EDIÇÃO COMEMORATIVA

Carlos
Guilherme
Mota

(Org.)

edições
Sesc



PERSPECTIVA



1822: **Dimensões**



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

Presidente do Conselho Regional

Abram Szajman

Diretor Regional

Danilo Santos de Miranda

Conselho Editorial

Ivan Giannini

Joel Naimayer Padula

Luiz Deoclécio Massaro Galina

Sérgio José Battistelli

Edições Sesc São Paulo

Gerente Iã Paulo Ribeiro

Gerente adjunta Isabel M.M. Alexandre

Coordenação editorial Francis Manzoni, Clívia Ramiro,

Cristianne Lameirinha, Jefferson Alves de Lima

Produção editorial Thiago Lins

Coordenação gráfica Katia Verissimo

Produção gráfica Fabio Pinotti, Ricardo Kawazu

Coordenação de comunicação Bruna Zarnoviec Daniel

EDIÇÕES SESC SÃO PAULO

Rua Serra da Bocaina, 570 – 11º andar

03174-000 São Paulo SP Brasil

Tel.: 55 11 2607-9400

edicoes@sescsp.org.br

sescsp.org.br/edicoes

    /edicoessescsp

Carlos Guilherme Mota
(ORGANIZAÇÃO)

1822: Dimensões

PREFÁCIO:
Francisco Alambert



PERSPECTIVA

edições
Sesc

diversos
22
projetos memórias
conexões

Coordenação editorial Luiz Henrique Soares e
Elen Durando
Edição de texto Marcio Honorio de Godoy
Revisão: Luiz Henrique Soares, Elen Durando,
Ricardo W. Neves
Capa e Projeto gráfico Sergio Kon
Produção Ricardo W. Neves e Sergio Kon

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M581
1822 : dimensões / organização Carlos Guilherme Mota ;
prefácio Francisco Alambert. -[3. ed.]. - São Paulo : Perspectiva :
Edições SESC São Paulo, 2022.
432 p. : il. ; 23 cm. (Diversos : projetos memórias conexões ; 22)

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5505-104-9 [Perspectiva]

ISBN 978-65-86111-82-8 [Edições SESC]

1. Brasil - História - Independência, 1822. I. Mota, Carlos
Guilherme. II. Alambert, Francisco). III. Série.

22-77306

CDD: 981.04

CDU: 94(81).043

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439
13/04/2022 18/04/2022

1ª edição, 1972

2ª edição, 1983

3ª edição, 2022

Direitos reservados à

EDITORA PERSPECTIVA LTDA.

Rua Augusta, 2445, cj. 1

01413-100 São Paulo SP

Tel.: (11) 3885-8388

www.editoraperspectiva.com.br

PARTICIPAM DESTA EDIÇÃO

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho Federal de Cultura § **AUGUSTIN WERNET** Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP § **CARLOS GUILHERME MOTA** do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP § **EMÍLIA VIOTTI DA COSTA** Universidade de São Paulo e Universidade de Illinois § **FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS** Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP § **FERNANDO TOMAZ** historiador, Lisboa. § **FRANCISCO C. FALCON** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro § **FRÉDÉRIC MAURO** Universidade de Paris x (Nanterre) § **GISELDA MOTA** pós-graduada em História Ibérica pela USP; professora do “Ginásio Rainha da Paz” (São Paulo) § **HELGA PICOLO** Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul § **ILMAR ROHLOFF DE MATTOS** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro § **JACQUES GODECHOT** Doyen da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Toulouse § **JOEL SERRÃO** historiador, Lisboa § **LUIZ MOTT** Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. § **MARIA ODILA DA SILVA DIAS** Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. § **PAULO DE SALLES OLIVEIRA** curso de graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. § **SÉRGIO PAULO MOREYRA** Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. § **ZÉLIA CAVALCANTI** curso de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Sumário

Prefácio à Terceira Edição

Francisco Alambert, 13

Preliminar às Dimensões

Carlos Guilherme Mota, 17

I. DAS DEPENDÊNCIAS

1. As Dimensões da Independência

Fernando A. Novais, 23

2. A Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente

Jacques Godechot, 33

3. A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil

Frédéric Mauro, 43

4. Os Remoinhos Portugueses da Independência do Brasil

Joel Serrão, 51

5. Europeus no Brasil à Época da Independência: Um Estudo

Carlos Guilherme Mota, 59

6. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822

Fernando Tomaz, 75

7. José Bonifácio: Homem e Mito

Emília Viotti de Costa, 97

8. A Interiorização da Metrópole (1808-1853)

Maria Odila Silva Dias, 149

II. DAS INDEPENDÊNCIAS

- 9. O Processo de Independência no Norte**
Arthur Cezar Ferreira Reis, 169
- 10. O Processo de Independência no Nordeste**
Carlos Guilherme Mota, 183
- 11. O Processo de Independência na Bahia**
Zélia Cavalcanti, 205
- 12. O Processo de Independência em Goiás**
Sérgio Paulo Moreyra, 219
- 13. O Processo de Independência em Minas Gerais**
Paulo de Salles Oliveira, 245
- 14. O Processo de Independência no Rio de Janeiro**
Francisco C. Falcón e Ilmar Rohloff de Mattos, 251
- 15. O Processo de Independência em São Paulo**
Augustin Wernet, 291
- 16. O Processo de Independência no Rio Grande do Sul**
Helga Piccolo, 303

III. BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Giselda Mota

17. Para a Historiografia da Independência,

325

18. Bibliografia Para a História da Independência,

343

19. Alguns Documentos Básicos Para a História da Independência,

381

APÊNDICE

Um Documento Inédito Para a História da Independência

Luiz Mott, 395

Notas, 413

Os portugueses se atormentam, se perseguem,
e se matam uns aos outros, por não terem entendido
que o Reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais de três
séculos do trabalho dos escravos e que, perdidos
os escravos, era preciso criar uma nova maneira de existência criando
os valores pelo trabalho próprio.

MOUZINHO DA SILVEIRA,
no Relatório do decreto de 30 de julho de 1832.

Prefácio à Segunda Edição

Este livro foi, e ainda é, um acontecimento. É muito raro que uma coletânea de textos de quase duas dezenas de autores tenha um impacto imediato e profundo em seu tempo. Mais raro ainda é que esse impacto permaneça cinquenta anos depois. Mas é esse o caso da coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota por ocasião dos 150 anos da independência do Brasil.

O primeiro motivo para essa permanente força da coletânea está justamente em seu momento histórico. Em 1972, as “celebrações” da Independência estavam pautadas pelos interesses políticos (e consequentes deformações históricas) da Ditadura Militar. Celebrando o passado e sua fundação imperial-escravista, a ditadura civil-militar de 1964 celebrava a si própria, como se fora ela a realizadora, e, sobretudo, a continuadora, do processo de 1822. No pior momento do autoritarismo, sob violenta censura, o livro apareceu como uma forma intelectualmente poderosa de questionamento tanto do passado idealizado quanto do presente, nacionalista e autoritário.

O segundo motivo está no vigor da coletânea, com autores que hoje são clássicos da historiografia brasileira (Fernando Novais, Emília Viotti, Maria Odila Dias, Luiz Mott, para citar

apenas alguns) e estrangeira voltada aos estudos do Brasil (Frédéric Mauro, Jacques Godechot, Joel Serrão). A organicidade da obra se dá não apenas pelo seu tema, mas sobretudo pela forma como ele é repartido e analisado. *Grosso modo*, os autores se dividem em dois campos de estudo denominados “Das Dependências” e “Das Independências”. Uma espécie de terceira parte encerra o livro, com uma exaustiva análise crítica da bibliografia e historiografia sobre a Independência, até hoje utilíssima, escrita por Giselda Mota, e uma original análise de um documento, até então inédito, encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), feita por Luiz Mott, transcrito em francês e traduzido para o português, tratando das opiniões e observações de um informante anônimo do rei dom João VI.

A primeira parte da obra é dedicada a questões teóricas e historiográficas. É certamente, ainda hoje, a parte mais inovadora do livro. Os diversos olhares se concentram em entender o processo de independência do Brasil no conjunto da ampla crise do Antigo Sistema colonial e do “contexto atlântico”. Nas palavras precisas do organizador, tratava-se de indicar “alguns mecanismos de passagem do Antigo Sistema Colonial português para o sistema mundial de dependências, permitindo discutir, tanto do lado europeu como do brasileiro, o significado de 1822”. Os quatro primeiros estudos (de Fernando Novais, Godechot, Mauro e Serrão) percorrem perfeitamente esse caminho. Os seguintes trataram de temas internos, com destaque para o texto de Viotti sobre José Bonifácio e para o fundamental “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”, de Maria Odila, até hoje um dos mais influentes na historiografia brasileira.

A segunda parte inverte o olhar e passa a perscrutar as multiplicidades do processo de 1822 em nível regional ou local. A noção de “processo” orienta todas as ótimas sínteses, que abordam as regiões Norte e Nordeste e os processos localizados na Bahia, em Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nestes estudos, são dignos de destaque os trabalhos de Francisco Falcón e Ilmar Rohloff de Mattos sobre o Rio e aquele assinado pelo próprio organizador, tratando do Nordeste. Nesse ensaio, Carlos Guilherme Mota resume as descobertas de seus trabalhos anteriores acerca da ideia de revolução no Brasil e sobre a insurreição pernambucana de 1817.

Por isso tudo e muito mais, este livro cinquentão não envelheceu em nada. Suas inovações, teóricas e temáticas, estão ainda na ordem do dia. Sua

multiplicidade de pontos de vista, ajustada pela organização criteriosa de temas e objetos, ainda tem muito a ensinar. Hoje, quando se “comemora” os duzentos anos de nosso mito fundador de “independência”, quando discursos nacionalistas autoritários retornam à vida política, quando o país, assolado por crises de todas as ordens, clama por repensar a si mesmo, seu passado e o que lhe resta de futuro, um livro como este ressurge para nos iluminar. De novo.

FRANCISCO ALAMBERT

Professor do Departamento de História da USP

Preliminar às Dimensões

Ainda recentemente, num encontro de historiadores realizado no âmbito da programação da xxiv Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)¹, o professor Eduardo d'Oliveira França, da Universidade de São Paulo, fazia amplo levantamento dos problemas que aguardam soluções, no que diz respeito à Independência do Brasil. Lembrava o professor Oliveira França a inexistência de monografias de base que fugissem à visão tradicional daquele momento: faltando desde estudos relativos à demografia histórica até investigações na esfera das formações ideológicas, o que caracteriza o período – do ponto de vista historiográfico – é a escassez e a descontinuidade das pesquisas intentadas. Mais do que isso, apontava o professor Oliveira França a dificuldade em formular, com propósito, questões verdadeiramente substantivas para inspirar os trabalhos monográficos e para fugir à linha do ingênuo.

De fato, ampliando tais proposições, o que se verifica é que, enquanto sociólogos, economistas e cientistas políticos se debatem no Brasil de hoje com a problemática da *dependência*, muitos historiadores continuam numa linha estreitamente formalista, aceitando a *independência* como um fato que se esgota no dia de sua proclamação. Não deixa de provocar estranheza

tal comportamento, que é bem indicativo do quão pouco caminhou a pesquisa histórica entre nós e de quão complexos são os entraves para o seu desenvolvimento. Sobre um tema crucial, sobre um dos momentos decisivos de nosso passado, muito pouco se fez, em termos estritamente científicos.

Várias questões continuam aguardando solução. Na verdade, ao que parece, o sentido da história do Brasil nesse período (de descolonização, segundo Sérgio Buarque de Holanda) não pode ser dissociado de processos mais abrangentes que a historiografia contemporânea simplifica e ordena sob o rótulo “Do feudalismo ao capitalismo”². Parece certo que a lenta transição do feudalismo ao capitalismo na Europa teve como contrapartida, em certas áreas do mundo colonial, a *passagem*³ do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de *dependências*. Para o caso do Brasil, por exemplo, uma leitura atenta do Tratado de 1810 com a Inglaterra permitirá por certo compreender os limites estreitos da independência de 1822.

Por outro lado, problemas complexos podem se apresentar, como o da necessidade de definição da sociedade *colonial*, cuja estruturação explicará mais o predomínio das *persistências* que o das mudanças no período subsequente.

Parece óbvio, hoje, que a compreensão dos processos que ocorrem nas áreas coloniais requer a procura de instrumental conceitual adequado. Nesse sentido, e pensando o Brasil de 1822, poderíamos desde logo indagar: era a sociedade desse período uma sociedade de *classes* (tal como a concebem Caio Prado Júnior, Celso Furtado e José Honório Rodrigues, em perspectivas diferentes)? Ou de *estamentos* (Raymundo Faoro)? Ou, ainda, uma sociedade do tipo *estamental-escravista* (Florestan Fernandes)? Tais questões, vale acrescentar, não serão respondidas pelos pesquisadores de nosso passado tão somente com o aprimoramento de técnicas de quantificação.

O que se pretende com esta coletânea é apresentar ao leitor – por vezes em abordagem menos acadêmica – uma série de perspectivas sobre um mesmo tema. A conclusão ficará por sua conta. Preocupou-nos fornecer um conjunto de interpretações do processo em dois níveis principais: um *geral*, em que, ao lado de indagação mais teórica, ficam indicados alguns mecanismos de passagem do Antigo Sistema Colonial português para o sistema mundial de dependências, permitindo discutir, tanto do lado europeu como do brasileiro, o significado de 1822. Um dos objetivos foi integrar a história do Brasil no contexto que lhe é peculiar: o contexto atlântico. Esse

procedimento obrigou-nos, inclusive, a acompanhar mais detidamente o “lado português” da questão, tão desprezado pela historiografia tradicional.

O outro nível de análise, mais *localizado*, levou-nos ao estudo dos diferentes encaminhamentos regionais (e mesmo locais) dos processos de independência. De certa maneira, retorna-se, neste conjunto, à história *événementielle*, sem desconsiderarem os autores, entretanto, a existência de processos maiores em que se articulavam as diversas regiões. Ao mesmo tempo que se enfatiza o localismo das independências nas diferentes áreas, não se descuida do conjunto: do contrário, apenas o fator “coincidência” poderia ser explicativo para a compreensão da concomitância dos processos ocorridos (com dinâmicas diversas, aliás, conforme a região considerada). Sabem eles que, em história, os eventos não podem ser analisados desvinculados de *sistemas*, de *estruturas*, de *processos*.

Na terceira parte, e tendo em vista o caráter da coletânea, tornou-se necessária, mais do que útil, uma bibliografia básica para a história da independência, cujos títulos mais significativos mereceram nota *crítica*. Nesse sentido, tenta-se avaliar o que se produziu de mais expressivo até hoje: o caráter polêmico das notas visa suscitar o debate, objetivo primordial das análises presentes. Precede a bibliografia básica um esboço historiográfico em que ficam registrados os grandes marcos do estudo do tema, bem como suas limitações. Incluiu-se, para encerrar, arrolamento de documentos para a história da independência, acessíveis sobretudo em São Paulo, bem como a transcrição e estudo de documento inédito.

Para a consecução desta coletânea, muitos foram os percalços, a maior parte dos quais ultrapassados pela diligência e crítica de Paulo de Salles Oliveira e Geraldo Gerson de Souza.

Julho de 1972

CARLOS GUILHERME MOTA

Universidade de São Paulo



Este livro foi impresso na cidade de São Bernardo do Campo,
nas oficinas da Paym Gráfica e Editora, em junho de 2022,
para a Editora Perspectiva e as Edições Sesc São Paulo.

Esta edição homenageia os cinquenta anos de uma obra que foi um marco da historiografia brasileira ao adotar como perspectiva não fazer a mera louvação da efeméride que lhe deu origem – as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil –, mas, pelo contrário, problematizar esse evento, contextualizá-lo, fazer a crítica de sua interpretação.

Os autores eram jovens, as comemorações eram espontâneas como uma ordem unida, e o momento político trazia a paz dos cemitérios. O livro em si se tornou, como diz o historiador Francisco Alambert em seu prefácio, um acontecimento. E eis que hoje, meio século depois, não apenas sua importância acadêmica permanece, como a discussão que instaura se mostra mais fundamental do que nunca.

Assim, além de permitir ao público (re)encontrar textos hoje clássicos, o que esta edição propõe a leitores e pesquisadores é o desafio de ressignificar as comemorações do Bicentenário da Independência, interpretando o passado e o presente com uma atitude crítica e uma postura ativa diante de (re)visões nacionalistas autoritárias e estreitas, pois amar um país vai muito além de usar as cores da bandeira e palavras de ordem.

